

O ROMPIMENTO COM A CULTURA DO VESTIBULAR E A BUSCA DA AUTONOMIA DO ESTUDANTE

Laura Helena Guimarães e Guimarães

Quando se está na escola, aprende-se que é preciso tirar boas notas, ano após ano, repetidamente, até chegar ao momento em que se fará uma prova, chamada vestibular, para assim conseguir entrar em uma boa faculdade, onde por mais alguns anos a pessoa irá tirar boas notas, até finalmente encontrar um emprego, em uma boa empresa, na qual poderá subir a escada corporativa e se aposentar com segurança aos 65 anos. É ensinado que quanto mais longa a escolaridade, melhores os resultados; ou, então, que a graduação leva ao sucesso, sendo este o único caminho que a pessoa pode trilhar (ILLICH, 1985).

Para entender por que isto é ensinado, é preciso entender a forma como a escola brasileira foi concebida. No Brasil Imperial, marcado por um país de iletrado, onde havia a cisão entre povo e elite dominante, poucos privilegiados poderiam se inserir no Ensino Superior (SOUZA, 2017). Sendo assim, o ingresso em um curso superior era (e ainda é) visto como uma garantia de status social, e a escola se organiza como espaço de preparação para a inserção no ensino superior. Essa visão de ensino influencia de forma significativa na organização das escolas nacionais da atualidade, visto que, naquela época e ainda hoje, multiplicam-se os estabelecimentos que, estimulados pela concorrência, não buscam ensinar os alunos, mas “adestrá-los” mais rapidamente para os exames, e são esses estabelecimentos, por tal razão, os preferidos daqueles que buscam o Ensino Superior (HAIDAR, 1972, apud SOUZA, 2017).

Com o nascimento do Vestibular Unificado, na lei nº. 5.540 de 1968, criou-se também a cultura do exame vestibular, que permanece viva em nossas escolas. Os vestibulares então se tornaram um filtro social determinante entre aqueles para quem ficariam os empregos de menor qualificação e menores níveis salariais, e para aqueles aptos a ingressar em uma instituição de ensino superior e ter sucesso pessoal. Dessa forma, “a compreensão que a maior parte da população tem da escola, principalmente a de nível médio, é a da escola que ministra o ensino puramente propedêutico, voltado para a aprovação no vestibular” (SOUZA, 2017, p. 101), e os docentes não teriam muitas opções de atuar com finalidade diferente e, em sua maioria, não o fazem. O cotidiano escolar, então, é marcado pela motivação única de aprovação no final do ano letivo e recebimento de notas, e os estudantes “seguem se desumanizando ou se coisificando em seus processos de escolarização, enquanto nossas

escolas seguem sua sina histórica, a reproduzir velhas práticas que dificilmente conduzem a aprendizagens” (SOUZA, 2017, p. 102).

É ensinado, então, que só existe um único caminho, como se aos 17 ou 18 anos de idade houvesse o dever de escolher obrigatoriamente uma única área e paixão, que se deve perseguir e alcançar, excluindo todo o resto. No entanto, essa visão descarta a multitude de gostos e interesses que temos como indivíduos. Segundo Mundim Neto (2017), existe a imposição de um projeto de vida que não leva em conta a unidade pessoal dos indivíduos, que ganha forma na sociedade pedagogizada e implica na avaliação ser a porta de entrada para o êxito. “Por meio da avaliação é que se instaura a ameaça da não participação da sociedade e que se gera medo” (MUNDIM NETO, 2017, p.67).

Ao chegar na faculdade, muitas dessas pessoas atingem um ponto de incongruência, e não conseguem se imaginar no futuro fazendo qualquer atividade relacionada à área que escolheu estudar. Esse ponto de incongruência pode trazer grande sofrimento psíquico para o indivíduo, que pode repensar sua identidade, e até o que pode acontecer com ele caso não siga o esperado, tudo isso porque foi ensinado que este era o único caminho. Ou então, depois de ultrapassar todas as dificuldades de passar no vestibular, entrar no curso desejado e concluí-lo, não existirem empresas suficientes para absorver essas pessoas. Pessoas essas que poderão ficar desempregadas, ou aceitarão posições abaixo do seu currículo para se adequar.

Cada indivíduo é diferente, tem seu ritmo e suas próprias escolhas. A forma como o ensino é padronizado não dá atenção ao individual e trata todo coletivo da mesma maneira. Porém, todas as vivências são únicas, por serem a experiência do indivíduo. Elas acontecem em um mundo compartilhado, mas afetam as pessoas de modo diferenciado, exclusivo. Seria possível romper com a lógica escolarizada e visar a uma formação educacional que leva em conta as vivências particulares de cada indivíduo?

Illich (1985) propõe a criação de um novo estilo de relacionamento educacional entre o homem e seu meio-ambiente. O autor postula que um bom sistema educacional deve ter os propósitos de dar acesso aos recursos disponíveis a todos que queiram aprender, em qualquer época da sua vida, capacitar a todos que queiram partilhar o que sabem a encontrar os que queiram aprender algo deles, e “dar oportunidade a todos os que queiram tornar público um assunto a que tenham possibilidade de que seu desafio seja conhecido” (ILLICH, 1985, p.86). Dessa forma, quem aprende não deve ser forçado a um currículo obrigatório ou a serem discriminados por terem ou não um diploma ou certificado.

Illich (1985) acredita que quatro canais de intercâmbios de aprendizagem diferentes poderiam conter todos os recursos necessários para uma real aprendizagem. Segundo ele, a

pessoa se desenvolve rodeada por “coisas”; por pessoas que servem de modelos das habilidades e valores; encontram colegas que a desafiam a questionar, interrogar, cooperar ou compreender; e adultos experientes que se interessam por sua formação e irão fazer confrontações e críticas. Pensando nesses quatro recursos educacionais, o autor propõe novas estruturas relacionais para facilitar o acesso de todos que queiram procurar conhecimento, de forma a melhorar sua formação, e que permitam ao estudante definir e obter suas próprias metas.

A primeira seria um “Serviço de Consulta a Objetos Educacionais”. A aprendizagem formal requer “acesso especial a coisas comuns, como licença especial de operar ou desmontar uma máquina, e acesso fácil e seguro a coisas especiais, feitas para fins educativos, como um livro, um computador, um jardim botânico [...]” (ILLICH, 1985, p. 90), e esses objetos e espaços são tirados do uso cotidiano pela escola e rotulados como objetos educacionais. O “acesso especial às coisas comuns” diz respeito ao fato de que somente os especialistas podem conhecer o segredo íntimo de alguns objetos, e os não-especialistas são desencorajados a buscar descobrir por si mesmo “porque o relógio faz tic-tac, porque o telefone toca [...] pois sempre há um aviso dizendo que o aparelho pode estragar-se” (ILLICH, 1985, p. 90), restando a eles somente ser ensinados sobre isso no espaço escolar. Um acesso fácil e seguro a “coisas especiais”, o material educativo que se encontra sob controle escolar, poderia ter seu custo consideravelmente diminuído. O custo pode ser até barato, mas tem seu preço aumentado por sua utilização ser restrita a horas programadas e por existirem profissionais pagos para supervisionar sua aquisição, conservação e uso (ILLICH, 1985).

Esse serviço facilitaria o acesso a esses objetos educacionais ou seus processos educacionais, deixando-os a disposição dos estudantes para utilizá-los em sua própria busca pelo conhecimento. O estudante teria autonomia para pesquisar e entender mais sobre seus interesses em bibliotecas, laboratórios, locais de exposição como museus e teatros. Como o livro de Illich é de 1970, e mesmo sendo extremamente pertinente e atual, nessa época, o emprego da internet não era tão enredado no cotidiano da pessoa comum quanto é hoje. Atualmente, eu diria que a internet pode servir como esse Serviço de Consulta a Objetos Educacionais. É possível pesquisar vídeos e documentários sobre praticamente qualquer assunto, e você mesmo pode fazê-los e publicá-los na internet. É possível achar bases de dados de artigos científicos e livros a disposição. No entanto, ainda existem muitas pessoas que não têm o acesso à internet, e então a função deste Serviço de consulta a objetos educacionais proposto por Illich seria proporcionar acesso a computadores e dispositivos

eletrônicos conectados à internet àqueles que não o possuem, de forma gratuita e universal. Assim, o acesso aos objetos como ferramentas para conhecimento é democratizado e o estudante se torna responsável por sua busca, podendo fazê-la a qualquer momento de sua vida. Porém, como observado hoje em dia, é preciso que o estudante saiba onde procurar e achar informações seguras e precisas, para não acabar com informações falsas em suas mãos.

A segunda estrutura proposta por Illich (1985) seria a de “Intercâmbio de Habilidades”, que permitiria às pessoas relacionarem suas aptidões, dar as condições mediante as quais estão dispostas a servir de modelo para outras que desejem aprender essas aptidões, e o endereço em que podem ser encontradas. Aqui ficariam os professores, que seriam formalmente um recurso para aprender uma habilidade, e podem ainda determinar o tempo, lugar e método. Seria então o encontro de alguém que possui uma habilidade e de alguém que não a possui, mas deseja adquiri-la. Para isso, é fundamental que a liberdade de intercâmbio universal de habilidades seja garantida por leis que permitam a discriminação baseada unicamente em habilidades comprovadas e não em linhagem educacional, indo contra a lógica do vestibular e dos certificados.

A terceira estrutura distingue os professores dos companheiros dos quais se pode aprender alguma coisa, com quem se deseja fazer uma pesquisa em comum, partindo de interesses e habilidades comuns entre si. Seria o “Encontro de Colegas”. Seria, segundo o autor, uma rede de comunicações que possibilite as pessoas descreverem a atividade de aprendizagem em que desejam engajar-se, buscando encontrar um parceiro para se juntar e desenvolver ou exercitar uma habilidade que compartilhem. Esses são os clubes, os fóruns, as reuniões de pessoas interessadas sobre um mesmo assunto. Desescolarizar significa abolir o poder de uma pessoa de obrigar outra a frequentar uma reunião, nessa proposta somente os interessados iriam frequentá-las (ILLICH, 1985).

Por fim, um “Serviço de Consultas a Educadores em Geral”, em que os estudantes poderiam se remeter para buscar um conselho profissional de administradores das redes anteriores, que assegurariam aos estudantes as vias de acesso aos recursos educativos, e a pedagogos que poderiam ajudar o estudante a encontrar o caminho que mais rapidamente o levará a sua meta, aconselhando os métodos mais indicados a seus talentos, caráter e tempo disponível para o estudo; recomendar espaços de reunião para encontrar colegas com os mesmos interesses e auxiliar na busca por profissionais dispostos a ensinar suas habilidades (ILLICH, 1985).

Essas quatro redes podem proporcionar ao indivíduo a autonomia e liberdade de escolher o próprio caminho educacional e de sua formação, esse indivíduo, por sua vez, pode

buscar seus diversos interesses sem ser submetido a currículos obrigatórios. Nessa sociedade desescolarizada, a pessoa teria avaliadas as suas habilidades e não conhecimentos gerais definidos por uma base curricular comum, em que o único propósito é fazer o indivíduo ingressar no ensino superior com conhecimentos decorados e que não serão utilizados efetivamente em sua área de escolha.

REFERÊNCIAS

ILLICH, I. **Sociedade sem escolas**. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

MUNDIM NETO, J. **A crise da educação contemporânea e a escola: o que paira sobre o chão que pisamos?** Tese(Doutorado em Educação). Universidade de Brasília,. Brasília, 2017

SOUZA, J. M. E. **Escola! Cuidado crianças: o cotidiano escolar e as (im)possibilidades de educação libertadora**. Tese(Doutorado em Educação). Universidade de Brasília. Brasília, 2017.